

Richa admite que apoio a Presidente está diminuindo

SÃO PAULO — O Senador José Richa admitiu ontem que a base de apoio ao Presidente José Sarney está se reduzindo de forma perigosa e advertiu que se a situação continuar se deteriorando, "queiramos ou não, acaba acontecendo um golpe". Resalvou, contudo, que neste momento não há nenhum sinal disso.

— Outro fato a mais além daquele que a falta de um respaldo normalmente causa em qualquer circunstância é o de estarmos vivendo a transição e construindo a democracia em pleno trabalho constituinte. Acho isso uma tragédia — completo eu.

Richa disse ser difícil configurar-se hoje quem apóia ou não o Governo. E observou que essa dificuldade "está na maneira, muito complicada, da construção da maioria que defende o Presidente Sarney".

José Richa visitou ontem a Assembléia Legislativa de São Paulo, onde adiantou os principais pontos de seu relatório na Comissão de Organização dos Estados. Entre eles está a criação do Estado de Tocantins, que o Senador disse ter concordado em acolher por ter sido o único projeto dessa natureza a preencher todos os requisitos legais. A seu ver, as variações do Estado de Goiás foram um dos fatores que influíram decisivamente para seu futuro desmembramento.

A adoção de um sistema neopresidencialista, preconizada pelo Presidente Sarney para vigorar no próximo ano foi, considerada absurda pelo Senador. Ele acha que se a hipótese prevalecesse a população ficaria



Richa se preocupa com situação

ria sem saber direito quem seria o responsável ou quem não estaria sendo competente no caso de um fracasso, isto é, se o Presidente ou o Primeiro Ministro.

— Mas se por ventura não restasse outra alternativa para a solução da crise econômica e social no Brasil, ai eu admitiria pensar um pouco melhor e até mesmo eventualmente aderir a essa forma de governo. Muito a contragosto.

Apesar de considerar inevitável a realização da Convenção do PMDB, por ser este um desejo das bases do partido, o Senador José Richa defendeu a sua convocação para uma época mais próxima da hora em que a Constituinte tenha de definir o mandato do Presidente Sarney.

Newton afirma que plenário derruba proposta de mandato de quatro anos

BELO HORIZONTE — A proposta do Deputado Egdio Ferreira Lima (PMDB-PE), Relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, de reduzir para quatro anos o mandato do Presidente José Sarney será derrubada no plenário, garantiu ontem o Governador de Minas, Newton Cardoso. Ele defende cinco anos de mandato para Sarney e apóia a tese de que o Presidente deve recorrer ao Supremo Tribunal Federal para assegurar o seu mandato, caso a Constituinte vote pela redução.

A questão do mandato presidencial foi um dos temas discutidos no jantar que Newton Cardoso ofereceu ontem a 11 Deputados (entre os quais três estaduais) das bancadas do PFL da Bahia, PERNANBUCO, ALA-

GOAS e Santa Catarina e do PMDB do Ceará e de Goiás. Acompanhados de dois empresários da Bahia, os parlamentares vieram a Belo Horizonte, segundo o Governador, em visita de cortesia e de apoio às suas posições em nível nacional. Eles integram um grupo de 14 Deputados de outros Estados que Newton Cardoso diz contar na Constituinte. O canal de entendimento é o Deputado Sérgio Naya, do PMDB mineiro.

Foram temas de conversa, também, outros interesses dos Governadores na Constituinte, como a reforma tributária. Newton Cardoso admitiu ontem que tem procurado influir — como o Governador de São Paulo, Orestes Quercia, entre outros — nas decisões da Comissão de Sistema Tributário da Constituinte.

Gaúchos reivindicam um Fundo de Ressarcimento às Exportações

BRASÍLIA — O Rio Grande do Sul reuniu ontem em Brasília os principais expoentes da política e da economia do Estado, para tentar a aprovação de um Fundo de Ressarcimento às Exportações pela Comissão do Sistema Tributário da Constituinte, e obter do Governo federal medidas de emergência para a crise.

O Governador Pedro Simon, comandando a ofensiva, teve um dia cheio: pela manhã, discutiu com a bancada gaúcha no Congresso, em seguida almoçou no Senado, alinhando estratégias com parlamentares, e, à tarde, cumpriu um roteiro que incluiu visitas ao Presidente do Banco Central, ao Ministro do Planejamento, ao Presidente Sarney, ao Relator e ao Presidente da Comissão do Sistema Tributário — Deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ) — e um encontro com os Governadores de Santa Catarina, Pedro Ivo, e do Paraná, Alvaro Dias, com quem tem preocupações comuns.

Ontem, Simon ganhou mais uma dor de cabeça com a publicação da Resolução do Banco Central que obriga os bancos a contribuir com quatro por cento sobre os depósitos a prazo, para um fundo de auxílio às micro-empresas. Essa medida veio agravar a situação dos bancos públicos gaúchos, cheios de problemas com a rolagem das suas dívidas. Em consequência, além da reforma tributária, o Governador passou a pleitear a isenção do compulsório para os bancos oficiais. Enquanto Simon ia de uma a outra autoridade, o Secretário da Fazenda, César Schirmer, e uma equipe de assessores, dedicavam-se a estudar as alternativas técnicas possíveis de serem oferecidas à Comissão do Sistema Tributário.

A proposta do Relator sobre a partilha dos recursos do Fundo de Parti-



Simon comanda a ofensiva gaúcha pelas mudanças no sistema tributário

cipação dos Estados exclui o Rio Grande do Sul. Como compensação, imaginou-se o Fundo de Ressarcimento às Exportações que seria constituído por recursos provenientes de 50 por cento da arrecadação do Imposto sobre Importações e Exportações, mais dez por cento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Esta solução beneficiaria todos os Estados que têm superávit comercial.

Segundo a proposição de Serra, o Estado teria de se contentar com cinco por cento do IPI cobrado nas suas fronteiras, mais um adicional de cin-

co por cento do Imposto de Renda. A primeira medida é praticamente anulada pelas isenções fiscais concedidas à produção industrial gaúcha, da qual uma parte significativa é exportada. A segunda fica comprometida por um elevado grau de impopularidade.

A reunião no Congresso contou com parlamentares do PMDB, PDT, PT, PFL e PDS, com o Presidente da Assembléia Legislativa e dirigentes de entidades de empresários e trabalhadores. Os líderes do PMDB na Constituinte, Mário Covas, e na Câmara, Luiz Henrique, também compareceram.

Nordestinos querem regionalização do Orçamento

BRASÍLIA — A frustração com a falta de resultados práticos da visita da equipe ministerial ao Nordeste, na semana passada, exacerbou os ânimos das bancadas nordestinas, contribuindo para fortalecer sua disposição de aprovar uma nova partilha do Fundo de Participação dos Estados e a regionalização da aplicação do Orçamento da União, temas em discussão na Comissão do Sistema Tributário.

Ontem, depois de várias horas de reunião com o Relator, Deputado José Serra (PMDB-SP), o Deputado José Luiz Maia, (PFL-PI), que elaborou o anteprojeto da Subcomissão do Orçamento, convenceu-se da impossibilidade de acordo sobre a regionalização. A proposta tem o apoio das bancadas do Norte, Nordeste e Centro Oeste, e por ela a União ficaria obrigada a aplicar quase a metade do

Orçamento nas regiões mais pobres e mais populosas, invertendo a situação atual. A outra reivindicação, de aumento da cota do FPE, ainda estava sendo negociada com Serra.

Para Maia, a proposta tem chances matemáticas de entrar na nova Constituição. Somando-se os 179 constituintes nordestinos aos 105 da Amazônia Legal, chega-se a mais da metade dos componentes do plenário. As bancadas vêm jogando unidades desde a instalação das subcomissões, demonstrando articulação e poder de pressão, e contam com a atuação dos Governadores.

As bancadas dos Estados mais pobres queixam-se de que o relatório de Serra continua a privilegiar os mais ricos, tanto na aplicação dos recursos prevista pelo Orçamento, quanto na partilha do Fundo de Participação dos Estados.

Há um dispositivo criado por Ser-

ra — a destinação a cada Estado de cinco por cento do IPI por ele arrecadado — que é muito interessante para São Paulo, responsável por 52 por cento do Produto Interno Bruto. Da mesma forma, os contribuintes paulistas têm ganhos que tornam conveniente uma outra proposta do Relator, que faculta ao Governo estadual cobrar um adicional de cinco por cento sobre o Imposto de Renda. Mas, para os Estados pobres, estas duas medidas não têm impacto positivo.

Mesmo o Rio de Janeiro, considerado rico, não teria os mesmos proventos, porque sua produção industrial não é tão significativa. Por isso, a bancada do Rio é simpática à proposta nordestina de partilha do FPE, na qual o Estado ficaria com o correspondente a 2 por cento do Fun-

Jereissati acha que Serra atenta contra Nordeste

FORTALEZA — O Governador do Ceará, Tasso Jereissati, declarou ontem que é um atentado contra o Nordeste a proposta do Deputado José Serra (PMDB-SP), Relator da Comissão de Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, de acabar com a exclusividade dos Estados do Norte e Nordeste no Fundo de Participação dos Estados (FPE). Atualmente o FPE é destinado apenas aos Estados onde a renda per capita é menor do que a média do País.

Jereissati telefonou a Serra, a quem conhece pessoalmente, logo após desembarcar de viagem a São Paulo e Brasília, anteontem à noite, e protestou contra a proposta. Ele acredita que a mobilização de todos os seus colegas nordestinos e de suas bancada será suficiente para que o Deputado de São Paulo volte atrás. Jereissati contactou peemedebistas que se comprometeram a lutar para derrubar a proposição de Serra.

Anistia ampla e irrestrita entra em votação hoje

BRASÍLIA — Sob fogo cerrado do Governo, as Comissões de Ordem Social e de Direitos e Garantias do Homem e da Mulher votam a partir de hoje — e possivelmente aprovarão — duas propostas quase idênticas de concessão ampla, geral e irrestrita de anistia. Na Comissão de Ordem Social, o Relator Almir Gabriel propõe anistia "a todos os que, no período compreendido entre 18 de setembro de 1946 e 1º de fevereiro de 1987", foram punidos em decorrência de motivação política.

Na Comissão de Direitos e Garantias Individuais o Relator José Paulo Bisol praticamente só muda o prazo. Ele propõe anistia a todos os punidos por motivação política no período de 2 de setembro de 1961 até 1º de fevereiro de 1987. As duas propostas pretendem a reintegração dos anistiados "com todos os direitos e vantagens inerentes ao efetivo exercício da atividade" e outras reparações.

Através de seus assessores e aliados na Constituinte, o Governo vem tentando, desde a fase das Subcomissões, impedir a aprovação das propostas, incluídas agora nas disposições transitórias das duas Comissões. Se não obtiver êxito nas votações deste fim de semana, ele tentará evitar que a matéria chegue a plenário fazendo uma ofensiva na Comissão de Sistematização. O plenário, segundo avaliação de assessores do Governo, dificilmente rejeitará a proposta.